



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 62/XI (2.ª SL)

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2011, reuniu, pelas quinze horas e quinze minutos, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala 9 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 60 e 61.
2. Distribuição de iniciativas legislativas.
3. Apreciação de Pareceres:
 - Projecto de Lei n.º 396/XI/1.ª (CDS-PP) – *Criação da Ordem dos Fisioterapeutas* – Deputada autora do parecer: **Maria das Mercês Borges (PSD)**;
 - Projecto de Lei n.º 475/XI/2.ª (PS) – *Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, que cria a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Associação de Direito Público, e Aprova o respectivo Estatuto* – Deputada autora do parecer: **Mariana Aiveca (BE)**;
 - Proposta de Lei n.º 43/XI/2.ª (GOV) – *Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio* – Deputado autor do parecer: **Jorge Machado (PCP)**.
4. Discussão e votação na especialidade da **proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2010**, de 22 de Outubro, que “Elimina o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento”, no âmbito da **Apreciação Parlamentar n.º 74/XI (CDS-PP)**.
5. Outros assuntos.

No primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente, Deputado Ramos Preto (PS), pôs à votação as Actas n.ºs 60 e 61, que foram aprovadas por unanimidade.



Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, foi distribuído o Projecto de Lei n.º 485/XI (2.ª) (PSD) - Extingue o cargo dirigente de director adjunto dos serviços do Instituto da Segurança Social, I.P. ao GP PS, que designará o Deputado autor do parecer posteriormente.

Passando ao terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 396/XI (1.ª) (CDS-PP) – *Criação da Ordem dos Fisioterapeutas*, cujas partes I (Considerandos) e III (Parecer), submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

A Senhora Deputada propôs então que a audição da Associação Portuguesa dos Fisioterapeutas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro (Regime das Associações Públicas Profissionais) ocorresse na próxima semana, atendendo a que a discussão na generalidade, em Plenário, daquela iniciativa legislativa, estava agendada para o Plenário de 4 de Fevereiro, o que foi aceite por consenso.

O Senhor Presidente informou que diligenciaria para que essa audição tivesse lugar na próxima reunião da Comissão, dia 25 de Janeiro, terça-feira, sem prejuízo de, em sede de discussão, na especialidade, ser constituído um grupo de trabalho que poderá proceder a outras audições, designadamente aos sindicatos da área.

De seguida, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 475/XI (2.ª) (PS) – *Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, que cria a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Associação de Direito Público, e Aprova o respectivo Estatuto*, concluindo que aquela matéria carecia de alguma discussão atendendo ao disposto na Nota Técnica, que considerou de toda a pertinência. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Parecer), foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

Por último, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 43/XI (2.ª) (GOV) – *Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio*, considerando censurável que o Governo não tenha remetido os pareceres das entidades que, de acordo com a Exposição de Motivos, ouviu. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Parecer), foram as mesmas aprovadas por unanimidade.



Foi deliberado então solicitar ao Governo os pareceres do Instituto de Seguros de Portugal, do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol e do Conselho Nacional do Desporto.

Foi igualmente deliberado solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia da República autorização para submeter aquela iniciativa legislativa a discussão pública pelo prazo de 20 dias, tendo havido consenso no sentido de não requerer que a respectiva discussão, na generalidade, marcada para o dia seguinte, fosse retirada da agenda, importando assegurar apenas que a respectiva votação se realize decorrido aquele prazo.

No quarto ponto da Ordem do Dia, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro, "Elimina o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento", no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 74/XI (CDS-PP).

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) apresentou a razão de ser daquela proposta de alteração, destacando o número assustador de crianças que frequentam a escola sem qualquer refeição, para o que tem contribuído o regime vigente quanto ao abono de família.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) interveio para dizer que a posição do PS foi bastante clara em Plenário, salientando que há um compromisso a nível do Orçamento do Estado e que todas as medidas que ponham em causa a execução orçamental constituem um risco preocupante para o país. Lançou em seguida um apelo nesse sentido aos demais grupos parlamentares.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse duvidar que os demais grupos parlamentares queiram uma governação mais séria do que aquela que o CDS-PP deseja, que já sugeriu por diversas vezes que os cortes se operassem noutro tipo de despesa (de representação, por exemplo) e não em prestações sociais porque é preciso cortar no que é supérfluo.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou que cortar no abono de família é absolutamente inaceitável do ponto de vista social e económico.



A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) interveio para dizer que, sem querer retomar a discussão em Plenário, o BE esteve contra o Governo do PSD quando decidiu plafonar o abono de família. Lembrou igualmente que a segurança social assenta em princípios de solidariedade e de universalidade, muito importantes para o Bloco de Esquerda.

Por último, a Senhora Deputada Teresa Santos (PSD) explicou que, embora reconheça a importância da matéria, o PSD já se pronunciou sobre a matéria e mantém a mesma posição.

Submetida à votação, foi a proposta de alteração, apresentada pelo CDS-PP, para o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro, rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do CDS-PP, do BE e do PCP e a abstenção do PSD.

No quinto e último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que o Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses solicitou uma audiência com carácter de urgência, sem, contudo ter esclarecido o assunto, pelo que iria solicitar-lhe que o fizesse. Informou igualmente que o Conselheiro para o Trabalho e Imigração da Embaixada de Espanha lhe solicitou uma audiência, de cujo agendamento dará conta aos Senhores Deputados Coordenadores.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Janeiro de 2011.

O PRESIDENTE,

(Ramos Preto)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Inês de Medeiros
Jorge Machado
Jorge Strecht
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Rita Miguel
Teresa Santos
João Paulo Pedrosa

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Miguel Laranjeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Maria José Nogueira Pinto